

EDITAL PROPEG Nº 08/2019

EXAME DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO AO MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR E CHAVE DE CORREÇÃO DA PROVA ESCRITA

A Comissão de Seleção do Mestrado em Educação torna público o **resultado preliminar por linha e chave de correção da Prova Escrita** do processo seletivo do ano de 2019, conforme Anexo 1, Anexo 2 e Anexo 3, e informa que o período para interposição de recursos, **devidamente fundamentado**, da nota da prova escrita é de **00h01 do dia 04/06/2019 até às 23h59 do dia 05/06/2019**, conforme expresso no cronograma do Edital, **no link para interposição de recursos:**

<http://sistemas.ufac.br/recursos/>

Não serão aceitos recursos e requerimentos protocolados fisicamente, enviados por e-mail, por carta, por mensagem ou telefone.

Rio Branco – Acre, 03 de junho de 2019.

Prof. Dr. Mark Clark Assem de Carvalho
Presidente da Comissão
(original assinado)

Prof. Dr. Rafael Marques Gonçalves
Secretário da Comissão
(original assinado)

ANEXO 1: LINHA 1 – POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL

INSCRIÇÃO	NOTA
20190080106	8,00
20190080136	8,00
20190080111	6,50
20190080156	6,50
20190080044	6,25
20190080169	6,00
20190080040	5,50
20190080042	5,50
20190080012	5,25
20190080114	5,25
20190080060	5,00
20190080104	5,00
20190080107	5,00
20190080109	5,00
20190080125	5,00
20190080131	5,00
20190080035	3,75
20190080154	3,50
20190080061	3,25
20190080168	3,25
20190080001	3,25
20190080020	3,00
20190080037	3,00
20190080116	3,00
20190080122	3,00

INSCRIÇÃO	NOTA
20190080128	2,75
20190080010	2,50
20190080029	2,50
20190080068	2,25
20190080129	2,25
20190080055	2,00
20190080074	2,00
20190080126	2,00
20190080133	2,00
20190080032	1,75
20190080098	1,75
20190080166	1,75
20190080143	1,50
20190080072	1,25
20190080139	1,25
20190080141	1,25
20190080009	1,00
20190080120	1,00
20190080004	0,75
20190080028	0,75
20190080050	0,75
20190080108	0,75
20190080115	0,75
20190080153	0,75
20190080123	0,50

INSCRIÇÃO	NOTA
20190080142	0,50
20190080163	0,50
20190080086	0,40
20190080027	0,25
20190080095	0,25
20190080071	0,00
20190080134	0,00
20190080147	DECLASSIFICADA
20190080015	AUSENTE
20190080024	AUSENTE
20190080036	AUSENTE
20190080049	AUSENTE
20190080054	AUSENTE
20190080064	AUSENTE
20190080066	AUSENTE
20190080067	AUSENTE
20190080076	AUSENTE
20190080083	AUSENTE
20190080090	AUSENTE
20190080100	AUSENTE
20190080117	AUSENTE
20190080140	AUSENTE
20190080158	AUSENTE
20190080159	AUSENTE
20190080173	AUSENTE

ANEXO 2: LINHA 2 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHO DOCENTE

INSCRIÇÃO	NOTA
20190080082	9,00
20190080103	8,00
20190080025	7,25
20190080043	6,00
20190080097	6,00
20190080018	5,00
20190080057	5,75
20190080164	5,50
20190080160	5,25
20190080135	5,00
20190080101	4,00
20190080062	3,25
20190080080	3,25
20190080091	3,00
20190080121	2,75
20190080165	2,75
20190080132	2,50
20190080167	2,25
20190080002	2,00
20190080065	2,00
20190080150	2,00
20190080017	1,50

INSCRIÇÃO	NOTA
20190080019	1,00
20190080013	1,75
20190080144	1,75
20190080152	1,75
20190080092	1,70
20190080039	1,50
20190080038	1,25
20190080048	1,25
20190080110	1,25
20190080124	1,25
20190080172	1,25
20190080148	1,00
20190080155	1,00
20190080170	1,00
20190080006	0,80
20190080059	0,80
20190080021	0,75
20190080046	0,75
20190080088	0,75
20190080112	0,75
20190080041	0,50
20190080073	0,50

INSCRIÇÃO	NOTA
20190080093	0,50
20190080026	0,30
20190080022	0,25
20190080053	0,25
20190080099	0,20
20190080118	0,20
20190080047	0,00
20190080069	0,00
20190080075	0,00
20190080078	0,00
20190080087	0,00
20190080094	0,00
20190080105	0,00
20190080130	0,00
20190080007	AUSENTE
20190080113	AUSENTE
20190080011	AUSENTE
20190080016	AUSENTE
20190080030	AUSENTE
20190080031	AUSENTE
20190080033	AUSENTE
20190080051	AUSENTE

INSCRIÇÃO	NOTA
20190080052	AUSENTE
20190080056	AUSENTE
20190080058	AUSENTE
20190080063	AUSENTE
20190080070	AUSENTE
20190080077	AUSENTE
20190080079	AUSENTE
20190080084	AUSENTE
20190080102	AUSENTE
20190080127	AUSENTE
20190080137	AUSENTE
20190080138	AUSENTE
20190080149	AUSENTE
20190080151	AUSENTE
20190080157	AUSENTE
20190080161	AUSENTE
20190080162	AUSENTE
20190080174	AUSENTE
20190080175	AUSENTE

ANEXO 3: CHAVE DE CORREÇÃO PROVA ESCRITA

QUESTÃO 1 – GERAL/AMBAS AS LINHAS

Espera-se que o candidato elabore um texto, com uso da norma culta da língua portuguesa, crítico, conciso e coerente, no qual enfatize o Direito a educação e o dever do estado na oferta de educação, a partir do arcabouço jurídico legal; Discorra, de forma crítica, sobre movimentos de influência ideológica de diferentes setores conservadores da sociedade que tentam negar a natureza política e o caráter humanístico da formação escolar; Discuta o modelo neoliberal de economia e práticas de imposição ideológica que visam conter os processos de secularização da cultura e de laicidade do Estado; Analise os movimentos como: o ensino religioso nas escolas públicas, a ênfase aos valores morais, ao patriotismo e ao civismo, o combate à "ideologia de gênero", o preconceito e a negação da diversidade cultural e étnica, o programa "escola sem partido", a militarização das escolas públicas e a educação domiciliar.

Por fim, demonstre capacidade crítica-argumentativa para discorrer sobre a educação dentro de uma visão progressista, com base na bibliografia sugerida e dentre outras de seu arcabouço teórico, delineando argumentos que possam contribuir com a transformação da sociedade, eliminando as divisões sociais estabelecidas; desbarbarizar a humanidade; formar sujeitos críticos, autônomos e emancipados; desenvolver uma educação integral, propiciadora do desenvolvimento das potencialidades humanas; os indivíduos devem apropriar-se do saber social, que permita uma socialização ampla da cultura e apreensão dos conhecimentos e saberes historicamente produzidos; formar para o exercício pleno da cidadania.

QUESTÕES ESPECÍFICAS POR LINHA

QUESTÃO 2 – ESPECÍFICA LINHA 1 – POLÍTICAS E GESTÃO EDUCACIONAL

Nesta questão espera-se que o candidato, com base na bibliografia sugerida e dentre outras de seu arcabouço teórico, elabore uma resposta com uso da norma culta da língua portuguesa, crítica, concisa e coerente, que aborde a dinâmica de configuração dos espaços público e privado no Brasil desde as últimas décadas do século XX; discutir a atuação dos empresários brasileiros, na condição de “empreendedores de políticas educacionais”; identificar quem é o grupo que lidera esse movimento, a quem representa na sociedade brasileira e o que defendem; detalhar a inter-relação entre os diferentes entes governamentais e o papel do Estado na educação; a educação pública como nicho de mercado e a discussão sobre corresponsabilidade social.

Cabe ainda que seja analisado e construindo argumentos que apontem que o movimento “Todos pela Educação” se constitui a partir de um viés interligado no qual a responsabilização pelos resultados é legitimada pela meritocracia com a finalidade de desenvolver novas formas de privatização do público, visando a constituição de um "espaço" que se firma progressivamente como "público não estatal" em contraposição ao "público estatal". Nas formas de privatização pela vertente "público não estatal" encontram-se as concessões e os "vouchers" – ambos envolvendo repasses de recursos públicos para a iniciativa privada. Na modalidade "não estatal", as escolas continuam "públicas", já que seu patrimônio é do Estado e os alunos continuam a ter acesso gratuito às escolas, mas o Estado paga a iniciativa privada para gerir, por concessão, os estabelecimentos de ensino.

QUESTÃO 3 – ESPECÍFICA LINHA 1 – POLÍTICAS E GESTÃO EDUCACIONAL

Espera-se que o candidato elabore uma resposta com uso da norma culta da língua portuguesa, de maneira crítica, concisa e coerente, que aborde uma política educacional como política pública; o conceito polissêmico que enseja; discutir a política como um espaço de relações e o papel do Estado em seus diversos contextos, destacando os marcos legais que regulamenta e reordena a política educacional eleita para a construção de sua resposta;

Por fim, demonstre capacidade crítica-argumentativa para discorrer de maneira analítica uma política educacional que seja representativa de um desses campos: currículo, financiamento, gestão, avaliação, educação básica e suas modalidades e ensino superior.

QUESTÃO 2 – ESPECÍFICA LINHA 2 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHO DOCENTE

Nessa questão solicita-se aos candidatos que analisem as consequências da implantação de uma política educacional baseada nos processos de responsabilização, meritocracia e privatização da educação para o trabalho docente e para as finalidades formativas da escola. Nesse sentido, espera-se dois movimentos de análise:

- a) Que definam o que é uma política educacional baseada nos processos de responsabilização, meritocracia e privatização;
- b) Que analisem as consequências dessa política educacional para o trabalho docente e para as finalidades formativas da escola. Desse segundo elemento emergem dois outros: a caracterização do trabalho docente e das finalidades formativas da escola.

Responsabilização, meritocracia e privatização constituem-se em pilares, devidamente articulados, da proposta educacional traçada pelos reformadores empresariais da educação. Proposta inspirada no modelo educacional norte americano que promove a colisão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores.

No Brasil, esse modelo é incorporado às políticas educacionais nacionais por meio de reformas coordenadas por empresários do campo da educação e é conhecido como “Todos pela educação”. O presidente do Conselho de governança deste movimento é o megaempresário Jorge Gerdau Johannpeter.

Essa proposta desenvolve-se na confluência de uma série de ciências: a psicologia behaviorista, as ciências da informação e a neurociência. Toma a educação como um serviço como qualquer outro e a escola como uma organização a serviço do mercado e se viabiliza pela materialização de três elementos:

Pela **meritocracia**, que corresponde à legitimação de um dos princípios do liberalismo. Qual seja: a defesa de que o sucesso ou fracasso social de uma pessoa depende exclusivamente dela. Assim, alunos, professores ou mesmo escolas não alcançam êxito, a culpa deve ser atribuída a eles. De igual modo, se obtiverem êxito o mérito também será deles, gerando uma cultura escolar de busca por resultados e estimuladora da competição desmedida e de fraudes. Questões estruturais ou de qualquer outra ordem não são consideradas como intervenientes.

Pela **responsabilização**, que se constitui no argumento construído por esse paradigma educacional para transferir aos sujeitos escolares a responsabilidade pelas práticas falhas que a proposta apresenta tais como: estreitamento curricular via padronização e foco exclusivo em disciplinas como Português e Matemática e avaliações extensivas, acompanhadas por um mega sistema de auditoria para fins de regulação; práticas que tolhem a autonomia dos professores no exercício do trabalho docente e distorcem a função social da escola, no sentido de uma formação social do homem em uma perspectiva alargada, que não se restrinja a cognição e esqueça outras dimensões formativas, como a criatividade, as artes, a afetividade, o desenvolvimento corporal e a cultura.

Além disso, repercute no aumento da segregação socioeconômica dos alunos que não alcançam os desempenhos esperados, precarizam a formação de professores, posto que são submetidos a práticas alienadoras, propiciando uma desmoralização se sua condição como profissional da educação.

Com relação a categoria de **privatização**, que sofreu mutações na última década, importa destacar como o conceito de público estatal e público não estatal abriu novas perspectivas para o empresariado: a gestão por concessão, permitindo que a educação continue pública, mas gerida pela iniciativa privada. Ocorre assim, uma transferência da verba pública para o capital privado. Outra modalidade de privatização são os vouchers, conhecidos no Brasil como “bolsas” que permitem aos alunos estudarem nas escolas privadas. Trata-se de uma forma de transferir responsabilidades do estado para professores e alunos.

A manutenção destas políticas mostra que as escolas que operam por *vouchers* apresentam os mesmos problemas que as escolas públicas regulares. Há evidências empíricas de países que experimentaram essas políticas e não melhoram a qualidade da educação que oferecem. Trata-se, portanto, apenas de uma tentativa de desqualificar o sistema público de ensino com o argumento ideológico de que o privado é melhor que o público. Arquitetura argumentativa dos reformadores da educação defendida como critério de qualidade e não, como, nos termos de Freitas (2012), elemento de “desmoralização do magistério e destruição do sistema público de educação” e risco a democracia posto que só um sistema público de ensino pode garantir aos estudantes de uma nação seus desenvolvimentos de modo multilateral, que resulta da pluralidade de opiniões e respeito a diversidade.

QUESTÃO 3 – ESPECÍFICA LINHA 2 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHO DOCENTE

Considerando a bibliografia indicada no Edital, foi solicitado aos candidatos que realizassem uma análise de natureza dissertativa, evidenciada em um texto elaborado dentro dos padrões da norma culta da língua portuguesa, apresentando coerência textual e capacidade de interpretação crítica, explicitando na resposta os seguintes argumentos:

- ✓ Análise sócio- histórica aprofundada sobre a profissão docente no Brasil, evidenciando a relação entre as configurações do sistema de ensino, os contextos nacionais e os modos de organização da formação dos professores, posto que é somente no âmbito da difusão da escola moderna que é possível entender o desenvolvimento da história da profissão docente e as transformações pelas quais ela tem passado;
- ✓ A constituição do magistério como profissão deve ser entendida no âmbito da difusão do modelo escolar de educação, que na realidade brasileira ocorre de forma intensificada a partir do século XIX, criando espaços de atuação docente e as condições de existência e desenvolvimento deste grupo profissional;
- ✓ Os primeiros Cursos Normais foram criados em algumas cidades, depois de proclamada a Lei de 1827 e após a promulgação do Ato Adicional de 1834, em Minas Gerais e em Niterói, na Província do Rio de Janeiro, por exemplo. Na sequência foram abertos cursos na Bahia, em 1836, no Ceará em 1845, e em São Paulo em 1846. Essas escolas eram de responsabilidade dos governos provinciais, o que explica a precariedade da estrutura e uma existência incerta condicionada à disponibilidade de verbas.
- ✓ Até meados do sec. XIX, os cursos normais se configuravam como estabelecimentos a cargo de um único professor que lecionava todas as matérias; o modo de organização seriado, bem como o debate relativo às vantagens da introdução de disciplinas científicas no currículo de estudo dos normalistas ocorre a partir da década de 1850, tendo a Escola Normal de Niterói como referência;
- ✓ A partir da primeira e segunda república se intensificam o debate sobre a necessidade de profissionalização dos professores, e o provimento pelo estado das condições materiais para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, incluindo as Escolas Normais, que passam a usufruir de edifícios construídos especialmente para o funcionamento dos cursos normais, seguindo os princípios recomendados em termos de higiene, iluminação e mobiliário adequado;
- ✓ A formação de professores como complementaristas, ou a habilitação em 04 anos após o término do curso primário, foi a alternativa criada para habilitar os regentes do ensino primário em menor tempo e com menos recursos do que aqueles gastos com os normalistas;

- ✓ As alterações advindas com a publicação da Lei Orgânica do Ensino Normal, em 1946, que estabeleceu o curso em dois ciclos: o primeiro, com 04 anos, que formava regentes para o ensino primário nas Escolas Normais, e o segundo de 03 anos, com a formação voltada para o professor primário das Escolas Normais e dos Institutos de Educação; Outra alteração foi a articulação deste nível de ensino com os outros níveis;
- ✓ A partir da década de 50, registra-se um processo de decadência do Ensino Normal – vários fatores estão envolvidos nesse processo, a saber: controle ineficaz do poder público, baixa qualidade dos cursos, em particular dos cursos normais noturnos, despreparo dos estudantes que se destinavam ao Ensino Normal, baixa exigência das instituições com relação ao nível de conhecimento necessário para a diplomação e falta de articulação entre as diversas disciplinas.
- ✓ Com a publicação da 5692/71, ocorreu a transformação do Curso Normal em habilitação para o magistério, com graves consequências em termos de agudização dos problemas da formação, desvalorização social dos cursos de formação do professor primário e perda de prestígio;
- ✓ Formação em nível superior por meio do Curso de Pedagogia: várias alterações sofridas em 1939, 60 e 70;
- ✓ A formação dos professores secundários com base na experiência das Faculdades de Filosofia e a consolidação de uma cultura formativa configurada como esquema 3+1; desdobramentos históricos desse formato;
- ✓ As alterações advindas na formação com a LBD 9394/96;